



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

ATA Nº1

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Página | 1

LOCAL: PALÁCIO DA JUSTIÇA DE CASTELO BRANCO

DATA: 25/02/2025

Pelas 11:30 horas deu-se início à reunião, encontrando-se presentes:

- O Exmo. Juiz Presidente, **Dr. Miguel Mauro Fernandes de Castro**;
- A Exma. Administradora Judiciária, **Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa**;
- O Exmo. Sr. Juiz de Direito, **Dr. João Rodrigues Mateus**, representante dos Srs. Juízes;
- O Exmo. Sr. Procurador da República, **Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos**, representante dos Exmos. Srs. Procuradores da República;
- O Exmo. Senhor Dr. **Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos**, representante do Município do Fundão;
- A Exma. Sra. **Sandra de Jesus Dias da Silva**, representante dos Senhores Oficiais de Justiça em exercício de funções na Comarca,

comigo, António Gonçalves, Oficial de Justiça no apoio aos Órgãos de Gestão da Comarca de Castelo Branco, tendo por objeto os seguintes pontos:

Ponto 1 – Aprovação do Relatório anual da Comarca;

Ponto 2 - Outros assuntos.

Não se encontravam presentes, o Exmo. Sr. Magistrado do Ministério Público Coordenador, Dr. António Filipe Gaspar da Costa Maciel, por motivos de saúde; o Exmo. Sr. Dr. Francisco Pombo, em representação da ordem dos Advogados; a Exma. Senhora Paula Matos Ferreira Castro, representante da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução; o Exmo. Senhor Engº João Lobo, representante do Município de Proença-a-Nova; o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Mateus Paulo Serra, representante da UBI da Covilhã; e o Exmo. Senhor Sérgio Santos, representante da área da economia.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Iniciada a reunião, o Senhor Juiz Presidente efetuou uma breve referência ao relatório anual da Comarca, referente ao ano de 2024, disponibilizando-se para a prestação de quaisquer esclarecimentos.

Seguidamente, no uso da palavra, o Exmo. Senhor Juiz Dr. João Manuel Rodrigues Mateus, representante dos Senhores Juízes, disse nada ter a reportar, salientando, contudo, o aumento da pendência processual no Juízo Central Criminal e a necessidade da criação de um Juízo de Instrução Criminal.

Página | 2

Dada a palavra ao Exmo. Senhor Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos, representante dos Senhores Procuradores da República, quanto ao relatório anual, disse nada ter a reportar.

Seguidamente, referiu a necessidade de verificação das digitalizações e aludiu à necessidade de uniformização de procedimentos relativamente à tramitação eletrónica dos processos, designadamente, a forma como são registados os documentos na Unidade Central, atentas as dificuldades geradas na transmissão eletrónica com as autoridades policiais.

A Senhora Administradora Judiciária, referiu que iria tomar as necessárias medidas, tendentes à verificação e uniformização de procedimentos.

Dada a palavra à Senhora Sandra de Jesus Dias da Silva, representante dos Srs. Oficiais de Justiça, informou ter recebido proposta de colegas, no que concerne à atual situação da saúde mental, descompensação, e medicina no trabalho dos Srs. Oficiais de Justiça, agravada pelo aumento da média de idade, solicitando que as mesmas sejam parte integrante da presente ata, solicitação que mereceu o assentimento de todos os presentes.

Pelos presentes foi ainda decidido, por unanimidade, solicitar informação à Direção-Geral da Administração da Justiça sobre a situação em que se encontra a medicina no trabalho dos Srs. Oficiais de Justiça, uma vez ter sido reportado que, há vários anos, que não é conhecida qualquer iniciativa nessa matéria.

Solicitou ainda a disponibilização de todas as atas das reuniões do Conselho Consultivo, tendo o Senhor Juiz Presidente, de imediato, transmitido que as atas anteriores seriam enviadas para integral conhecimento.

Seguidamente, a Senhora Sandra de Jesus Dias da Silva solicitou esclarecimentos relativamente à necessidade de atribuição dos lugares de estacionamento destinados a Oficiais de Justiça, recordando que, na primeira reunião do Conselho Consultivo, foi determinado que os Srs. Oficiais de Justiça teriam dois lugares de estacionamento, nas imediações do Palácio da Justiça, o que nunca se veio a verificar.

Pelo Senhor Juiz Presidente foi dito que se impunha obter esclarecimentos junto da Câmara Municipal de Castelo Branco.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Após, no uso da palavra, o Exmo. Senhor Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos, solicitou que junto da Polícia de Segurança Pública de Castelo Branco se diligencie pela prestação dos necessários esclarecimentos, quanto aos lugares existentes no parque de estacionamento do Tribunal, designadamente, se têm o conhecimento e se existe legitimidade para uso do mesmo por viaturas estranhas aos serviços, durante o período da noite e fim de semana.

Página | 3

Seguidamente, foi deliberado por unanimidade, solicitar, à Câmara Municipal de Castelo Branco, pronúncia quanto à atribuição dos lugares de estacionamento no período da noite e fins de semana.

Por só neste momento ter integrado a reunião, foi concedida a palavra ao Exmo. Senhor Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, o qual no uso da palavra, manifestou total disponibilidade do Município para colaboração com o Tribunal.

Após, abordou o fenómeno da imigração no Município do Fundão, informando que atualmente abrange 74 nacionalidades, solicitando esclarecimentos sobre se estatisticamente houve ou não um incremento da criminalidade associada a este fenómeno.

No uso da palavra, o Senhor Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos informou que, ao que tem conhecimento, não houve aumento da criminalidade relacionada com o fenómeno da imigração.

Pelo Senhor Juiz Presidente foi dito que, oportunamente, irá diligenciar junto do Senhor Magistrado do Ministério Público Coordenador, para que seja solicitada, à Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, informação sobre se houve ou não um aumento da criminalidade, aumento esse relacionado com o fenómeno da imigração.

Consigna-se ainda que, por unanimidade, foi aprovado o relatório anual da comarca referente ao ano de 2024.

**

Nada mais havendo a tratar, sendo 12:13 horas, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar se lavrou a presente ata, que após lida e revista, vai ser assinada.

Miguel
Mauro Castro

Assinado de forma
digital por Miguel
Mauro Castro
Dados: 2025.02.28
10:37:35 Z

Miguel Mauro Fernandes de Castro
(Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

**Célia Rodrigues
Costa**

Assinado de forma digital por
Célia Rodrigues Costa
Dados: 2025.02.28 10:22:23 Z

Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa
(Exma. Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)